



Revista electrónica internacional
www.sens-public.org

A hiperfenomenologia: espectros de Husserl em Derrida

FELIPE LINS

Resumo: A partir da noção alargada de escrita que atravessa todo o pensamento derridiano – segundo a qual os predicados a ela comumente associados, tais como exterioridade, repetição, ausência deixam de figurar (através do duplo gesto desconstrutor que consiste em inverter e deslocar as oposições binárias inerentes à metafísica) como secundários e derivados em relação à primordialidade da presença ideal para adquirir um valor essencial e irreduzível, a ponto de Derrida afirmar que já existe uma (arqui)escrita habitando originariamente o interior da própria fala, inscrevendo-se assim como uma heterogeneidade, uma alteridade radical que divide, que fissura desde sempre a pretensa homogeneidade pura, plena e idêntica a si dessa substância fônica de expressão tradicionalmente concebida como mais próxima da idealidade da presença –, pretendo mostrar que sua possibilidade se deve à radicalização, operada por Derrida, das reduções fenomenológicas – já que Husserl, embora tenha reduzido a escrita em favor do princípio intuitivo que governa a fenomenologia enquanto metafísica da presença, acabou por reconhecer a escrita como necessária à constituição dos objetos ideais, injungindo Derrida a redimensioná-la em seu valor constituinte –, o que permite visualizar a inexorabilidade do rastro intencional de Husserl em Derrida, configurando-se, assim, a desconstrução como uma hiperfenomenologia.

A hiperfenomenologia: espectros de Husserl em Derrida

Felipe Lins

Uma objeção ameaça meu título: como chamar Derrida de hiperfenomenólogo, isto é, de excessivamente fenomenólogo, se até mesmo nos seus textos em torno da fenomenologia o que ele fez foi desconstruí-la? A desconstrução é, pois, o nome daquilo que impediria meu título avançar. E se, de minha parte, estou convicto em poder contrariar esta previsão, ou seja, se posso provar a legitimidade de meu título, fazendo-o prosseguir, isso não implica, contudo, que por ora eu possa deixar de recuá-lo, devendo, portanto, assumir a empresa de definir o vocábulo desconstrução em sua singular generalidade.

Assumida de uma maneira geral, a desconstrução derridiana pode ser tematizada como uma estratégia de leitura do texto filosófico que tem o intuito de questioná-lo – a partir dos próprios conceitos pelos quais ele se afirma –, denunciando a violência decorrente de seu teor metafísico, pois a metafísica, por determinar o sentido do ser a partir do princípio da presença plena fundada na idealidade, garante sua identidade, ou seja, a pureza de sua interioridade excluindo violentamente dali tudo aquilo que considera empírico, factual, acidental, mundano, material, sensível, isto é, tudo o que, em última instância, pode ser pensado, por oposição à presença ideal, como ausência, como contingência. Isso porque a presença plena é postulada pela metafísica como a transcendência de uma origem pura e simples, e já que tal presença é contaminada pelo desvio considerado secundário da ausência (contingente), esta deve, de direito, ser reduzida a fim de que se restaure, por uma decisão teleológica, a pureza e a plenitude da presença ideal. Em outras palavras, o ser enquanto presença é a origem e o *telos* da metafísica.

Pode-se perceber, assim, que a metafísica trabalha a partir de oposições binárias, privilegiando o termo da oposição que se encontra numa posição hierárquica superior em relação ao seu correlato opositivo. Dessa maneira, constata-se que os conceitos que fundamentam a filosofia, dentre eles, o inteligível, o ideal, o *de direito*, o necessário, o dentro só adquirem sua identidade e primazia à custa da redução dos termos que mantêm com eles uma relação de oposição, que na presente ocasião são, respectivamente, o sensível, o empírico, o *de fato*, o contingente, o fora. Nesse caso, o empirismo poderia ser lido como uma maneira de escapar à metafísica, pois se fundamenta por aquilo mesmo que ela reduz. No entanto, a filosofia empirista, por assimilar ingenuamente a própria definição de empiria construída pela metafísica, e por

perpetuar a noção de fundamento, acaba por recair na metafísica, mantendo a oposição binária ao promover uma mera inversão desta, em que o empírico assume, dentre os pólos opositivos, o lugar da presença, situando-se na posição hierárquica superior. Portanto, segundo Derrida, reivindicar contra a metafísica o *seu fora*, isto é, aquilo que ela opõe, é ainda valer-se da oposição inaugural dentro/fora que consolidou o estatuto metafísico. Por aí já se pode notar na metafísica uma totalidade, um fechamento, já que o seu fora é determinado a partir de seus próprios termos, o que assegura para ela uma identidade a si, fechando uma totalidade em que o domínio da presença figura como origem e telos, conforme foi explicitado acima.

Essa totalidade, esse fechamento que Derrida visualiza impele-o a *solicitar* a metafísica. Ele se vale da palavra *solicitar* decompondo-a e redimensionando-a a partir de sua etimologia, que em latim significa "abalar o todo". É preciso estar atento para o fato de que Derrida critica a metafísica não no sentido de superá-la, como se fosse possível sinalizar seu fim a fim de se situar para além dela. Ao contrário, Derrida argumenta que é necessário operar a partir dos conceitos metafísicos. Portanto, Derrida não determina o fim da metafísica, mas sim seu fechamento, também entendido como clausura (*clôture*). Assim, paradoxalmente, é somente ao tomar a metafísica como um sistema com uma totalidade fechada que se pode, operando nessa trama, encontrar ali a heterogeneidade que denuncia a impossibilidade de qualquer pretensa totalidade homogênea ou identidade plena, pois o momento em que algo se apresenta o mais coincidente e redutível a si mesmo é justamente o momento em que se mostra uma abertura para o seu fora, que, diferentemente do fora que a metafísica determina como seu oposto para reduzi-lo, é um fora irreduzível, um excesso que já reside originariamente no dentro, instaurando-se como uma não-presença a contaminar a pureza da presença. É importante notar que a valorização dada por Derrida à não-presença não implica uma simples inversão de uma oposição binária, como no caso do empirismo, mas a necessidade de, para além da inversão, promover, num único gesto, um deslocamento, um afastamento, um espaçamento irreduzível, de modo a abalar o caráter opositivo e hierárquico da estrutura. Para Derrida, portanto, a não-presença, longe de ser meramente o elemento da oposição subjugado pela metafísica – como se fosse uma negação derivada da idealidade da presença –, é o deslocamento, o espaçamento na interioridade metafísica, ou seja, é a marca de um fora radical que já habitava o dentro do sistema metafísico, não podendo, por isso, ser reduzida.

Ao propor o termo *différance*, Derrida encontra algo que num dado sistema é indecidível, pois não pode ser demonstrado a partir dos recursos do sistema em questão. A letra *a* inscrita deliberadamente no interior desse vocábulo mostra que há uma diferença na escrita que não se realiza na fala, pois em língua francesa não há distinção de pronúncia entre *différence* e *différance*. Para potencializar a compreensão dessa intervenção aparentemente simples operada

numa única palavra por Derrida, emito algumas considerações acerca da relação da metafísica com a linguagem.

Como já foi explicitado, é o ser enquanto presença a origem fundante da metafísica. Nesse caso, a metafísica não precisaria de linguagem, já que toda linguagem é representação, portanto, algo derivado da presença. No entanto, é a linguagem determinada a partir dos princípios da lógica que reativa a presença em seu valor de idealidade, pois a forma privilegiada de dizer o ser é a sua conjugação na terceira pessoa do indicativo do presente, ou seja, o verbo ser conjugado como "é", o que o torna um substantivo, um ente, ou, se preferirmos, um significado que supostamente existiria fora do jogo relacional e diferencial dos significantes. Assim, a proposição ideal por excelência seria aquela representada pela forma lógica "S é P". Tal é o caráter logocêntrico da metafísica. E o elemento da linguagem que, segundo a metafísica, mais tem o privilégio de manter a idealidade da presença sem o risco de perder-se na exterioridade empírica é a voz, pois eu me ouço no momento em que falo, sem o desvio de signos escritos que podem ameaçar a restituição da presença plena. É aí que reside o estatuto fonocêntrico da metafísica denunciado por Derrida. Dessa maneira, pelo fonologocentrismo, a metafísica institui um domínio da linguagem que, apesar de ser representativa, tem a vantagem artilosa de ser uma representação transparente, com uma absoluta diafaneidade, pois pode, em última instância, ser apagada diante da presença plena a que ela se adere. A fala teria, portanto, o privilégio de assegurar a presença a si, a temporalidade homogênea e absoluta, sem a contaminação de qualquer elemento que a fracture, que promova um espaçamento no interior de tal temporalidade fundada no presente. Nesse sentido, a metafísica opõe a fala à escrita, considerando esta última mera representação gráfica daquela. A escrita, então, é vista como uma empiricidade qualquer, tendo seu valor apenas enquanto registro mnemônico do pensamento puro reduplicado sem desvios pela fala. Além disso, a escrita é desvalorizada e rebaixada pela filosofia pelo fato de que a intuição evidente daquele que está em presença diante do objeto ideal (ou do significado transcendental) se perde na exterioridade dos signos escritos, pois estes ameaçam a restauração da origem, já que podem funcionar com sentidos inesperados em contextos diferentes daquele em que foram produzidos.

Pode-se ver, assim, que a metafísica é um sistema que, para ser consistente, ou seja, para que não tenha contradições internas, deve considerar a escrita como seu fora, seu oposto, como uma ausência, já que é a fala que garante a pureza de sua interioridade por ser o meio pelo qual o logos acede plenamente à presença, apresentando (tornando presente) a idealidade, isto é, o próprio fundamento da metafísica. Em suma, a filosofia metafísica é um sistema baseado na fala, que é o único elemento da linguagem capaz de se unir, sem desvio nem contaminação, à idealidade da presença. Ora, mas a metafísica se vale do seu fora, do seu oposto, isto é, da

escrita para demonstrar a hegemonia da presença. Entretanto, Derrida nos ensina que o que a ela se opõe, ou seja, seu fora, é por ela comandado, situado numa posição inferior. Noutras palavras, pela oposição dentro/fora, o fora só o é em relação ao dentro, a partir das determinações deste. Isto é, a escrita, segundo a metafísica, deve ser fonética, uma mera camada derivada e secundária totalmente realizável na fala.

Ora, mas como a letra *a* do vocábulo *différance* se furta à apropriação pela fala, apenas se oferecendo à leitura, isso faz Derrida afirmar que não há escrita puramente fonética. Para robustecer tal afirmação, Derrida evoca outros exemplos da escrita que, igualmente, não são realizados na fala, tais como a pontuação, as aspas, os parênteses, o espaçamento entre caracteres etc. A partir daí, deriva-se que a escrita não é uma representação material da fala, ou seja, não é uma contingência, uma empiricidade, mas opera originária e irreduzivelmente no interior da própria fala, como um espaçamento, um rastro, o que implica dizer que a representação, isto é, o secundário está na origem. Conseqüentemente, não há origem: tudo começa pelo derivado. Assim, a escrita é, para Derrida, um indecível, pois escapa à oposição metafísica entre presença (ideal) e ausência (contingente), tornando-se, dessa maneira, uma não-presença originária e irreduzível, isto é, um rastro, um espectro. Essas reflexões acerca da escrita, de uma certa necessidade ou idealidade da escrita, levam Derrida a criar termos como arquirastro, arquiescrita, que noutros contextos figuram como espectro, não-presença, suplemento de origem etc.

Tendo em vista tudo o que já foi até aqui apresentado em torno da noção derridiana de escrita (arquiescrita), podemos seguramente afirmar que ela – por comportar em si própria a indecibilidade, a contaminação – combina repetição e alteridade, substituição e singularidade, que é aquilo que Derrida chama de iterabilidade.

Enquanto repetição, a escrita é o elemento do mesmo, da idealidade. Contudo, o *mesmo* da escrita, ou do significante, não é o *mesmo* tal como postulado pela metafísica, já que para esta o mesmo é o idêntico. No caso da escrita, o mesmo não é idêntico a si, não tem identidade (ou interioridade) plena – está aberto à exterioridade –, pois um significante só é o que é em sua relação diferencial com os outros significantes que ele não é. Dessa forma, é apenas a alteridade não identificável (aquilo que o significante não é) que garante a idealidade do significante, permitindo que ele se repita como o mesmo. O significante é, portanto, o rastro do outro, que é igualmente rastro, pois o outro só pode se dar a partir do rastro. Assim, visto que o que a escrita repete não é uma origem, uma presença ou uma essência que lhe sejam anteriores, que lhe transcendam (ao contrário, é a partir do apagamento do rastro que são constituídos tais valores), o mesmo que nela se repete está assegurado por um jogo de substituições que marca, nesse

mesmo que é repetido, uma alteridade, uma diferença irreduzível, pois nunca se substitui uma presença supostamente existente fora do significante, fora da escrita ou do rastro.

Sumarizando e complementando a definição da desconstrução que aqui se performa, pode-se dizer que ela surgiu como uma denúncia ao rebaixamento e apagamento da escrita em favor da fala que a filosofia metafísica efetuou desde Platão. Já vimos os desdobramentos operados por Derrida em torno dessa questão. O que importa aqui frisar é que a transformação do conceito corrente de escrita em arquiescrita, ou seja, o alargamento da noção de escrita provocado por Derrida dá-se segundo o princípio de iterabilidade, princípio este que participa de todos os demais operadores textuais ou quase-conceitos derridianos (não-presença, suplemento, aqui-rastro, hímen, parergon, contaminação originária, etc.), o que permite Derrida passar pelos mais diversos temas, tais como, por exemplo, a política e a ética, em que aparecem outros quase-conceitos, tais como hospitalidade incondicional, dom, amizade, democracia porvir etc. Desse modo, há uma continuidade em seu pensamento, já que ele é, de ponta a ponta, atravessado pela noção de iterabilidade.

Pelo que enunciei acerca da desconstrução derridiana, poder-se-ia supor que ela se descola, desde o princípio, de qualquer tradição, tendo, de direito, uma plena autonomia em relação a qualquer pensamento determinado. Ou seja, mesmo que a desconstrução tenha surgido historicamente a partir da leitura derridiana da fenomenologia, pois Derrida iniciou seu percurso intelectual desconstruindo-a, o fato de que outros sistemas filosóficos tenham sido posteriormente desconstruídos permitiria inferir retrospectivamente que a desconstrução nada deve à fenomenologia.

Ora, o que pretendo afirmar é justamente que a noção de hiperfenomenologia aqui proposta guarda uma íntima relação com a desconstrução. E como a desconstrução opera em todo o percurso do trabalho de Derrida, para muito além de seus textos sobre a fenomenologia, a relação – quase de sinonímia – que estabeleço entre desconstrução e hiperfenomenologia torna possível inferir que em todas as etapas da desconstrução permanece um rastro, um espectro irreduzível de Husserl. Para tanto, uma predicação do que intento chamar de hiperfenomenologia faz-se necessária.

Hiper no sentido de *hybris*. Um excesso, um rastro, um resto originário e irreduzível. Derrida, de tão fiel ao texto da fenomenologia de Husserl, acaba por traí-la, por excedê-la, mostrando que ela não se reduz a si mesma, que aquilo que ela precisa excluir para garantir seu princípio intuicionista é a ela inerente, sendo a condição necessária à sua constituição. Assim, é apenas no interior do texto fenomenológico e a partir dele que Derrida verifica os meios para contestar a fenomenologia em seu teor metafísico. E como esses meios continuam – de uma maneira ou de outra – a funcionar mesmo nos textos derridianos alheios à questão propriamente

fenomenológica, isso permite a interpretação de que é daí que se deriva o que se entende por desconstrução. Assim, ao contrário do que possa parecer, é por um gesto de fidelidade à desconstrução que eu aqui a redimensiono nos termos de uma hiperfenomenologia, já que, dessa maneira, o momento Derrida-leitor-de-Husserl deixa de ser mera faticidade para adquirir uma iterabilidade originária, reiterando-se como espectro ao longo da obra de Derrida.

Quando defini a desconstrução em traços gerais, já anunciei, mesmo sem fazer a mínima referência à fenomenologia, os espectros de Husserl na obra de Derrida. Tais espectros manifestam-se em todos os operadores textuais desconstrutivos, que, apesar de singulares, são atravessados por uma noção de escrita governada pelo princípio da iterabilidade. Resta agora, por meio de um movimento retrospectivo, referi-los à fenomenologia, de modo que apareçam efetivamente enquanto tais, ou seja, como espectros husserlianos. Noutras palavras, faz-se necessário compreendê-los em sua gênese, isto é, na própria leitura elaborada por Derrida em torno de Husserl.

As análises de Derrida acerca da fenomenologia de Husserl têm sempre uma dupla face: por um lado, Derrida denuncia a filiação de Husserl à metafísica da presença, que se manifesta no princípio dos princípios da fenomenologia, isto é, no princípio intuitivo que reside na forma do presente vivo; por outro, ele encontra, em momentos decisivos das descrições fenomenológicas, a implicação de uma não-presença originária e irreduzível, o que o permite contestar o princípio intuicionista da fenomenologia a partir dela mesma. Conseqüentemente, os recursos que Derrida extrai da fenomenologia para desconstruí-la são reiterados por ele no decurso de sua obra, independentemente das múltiplas e díspares temáticas abordadas. Finalmente, conclui-se, a partir daí, que toda a desconstrução derridiana carrega rastros husserlianos irreduzíveis.

Evoco uma declaração em que o próprio Derrida, partindo de um comentário sobre sua primeira publicação, confirma o que foi exposto em todo o parágrafo anterior:

" (...) L'Introduction à *L'Origine de la géométrie* m'avais permis d'approcher quelque chose comme l'axiomatique impensée de la phénoménologie husserlienne, de son « principe des principes », à savoir l'intuitionisme, le privilège absolu du présent vivant (...). Cette axiomatique impensée paraissait limiter le déploiement d'une problématique conséquente de l'écriture et de la trace dont *L'Origine de la géométrie* désignait pourtant la nécessité, et sans doute pour la première fois avec cette rigueur dans l'histoire de la philosophie. Husserl y situait en effet le recours à l'écriture dans la constitution même des objets idéaux par excellence, les objets mathématiques, mais sans approcher – et pour cause – la menace que la logique de cette inscription faisait peser sur le projet phénoménologique lui-même. Naturellement, tous les problèmes travaillés dans l'Introduction à *L'Origine de la géométrie* n'ont plus cessé d'organiser les recherches que je tentai plus tard autour de corpus philosophiques, littéraires,

voire non discursifs, notamment graphiques ou picturaux : je pense par exemple à l'historicité des objets idéaux, à la tradition, à l'héritage, à la filiation ou au testament, à l'archive, à la bibliothèque et au livre, à l'écriture et à la parole vive, aux rapports entre sémiotique et linguistique, à la question de la vérité et de l'indécidable, à l'irréductible altérité que vient diviser l'identité à soi du présent vivant, à la nécessité de nouvelles analyses concernant les idéalités non mathématiques, etc.¹"

De uma vez por todas: se a desconstrução pode ser concebida como uma hiperfenomenologia, isso ocorre porque ela é, antes de tudo, a radicalização das reduções fenomenológicas de Husserl.

Derrida mostra que Husserl, apesar de propor a redução das teses da atitude natural, postula, como motivação à própria redução, uma tese. O presente vivo, sendo a forma ideal e concreta que garante a presença a si dos atos subjetivos diante da presença das objetividades ideais inexoravelmente produzidas por tais atos, é a tese implícita da fenomenologia que a vincula à metafísica da presença. Assim, Husserl, mesmo tendo criticado a metafísica, nela recai. Segundo Derrida, isso já estava de certa forma previsto, pois as críticas dirigidas à metafísica por Husserl tinham por objetivo restaurar a metafísica autêntica, que teria sido desviada de seu verdadeiro sentido ao longo da história da filosofia.

" Poderíamos perceber o motivo único e permanente de todos os erros e de todas as perversões que Husserl denuncia na metafísica "degenerada" através de uma multiplicidade de campos, temas e argumentos: há sempre uma espécie de cegueira diante do modo autêntico da *idealidade*, aquela que é, que pode ser *repetida* indefinidamente na *identidade* da sua *presença* pelo próprio fato de que ela *não existe*, não é *real*, é *irreal*, não no sentido da ficção, mas em outro sentido que poderá receber vários nomes, cuja possibilidade permitirá falar da não-realidade e da necessidade da essência, do noema, do objeto inteligível e da não-mundanidade em geral. Essa não-mundanidade não sendo uma outra mundanidade, essa idealidade não sendo um existente caído do céu, a sua origem será sempre a possibilidade da repetição de um ato produtor. Para que a possibilidade dessa repetição possa abrir-se *idealiter* ao infinito, é preciso que uma forma ideal assegure essa unidade do *indefinidamente* e do *idealiter*: é o presente, ou antes, a presença do *presente vivo*. A forma última da idealidade, na qual, em última instância, pode-se antecipar ou lembrar toda repetição; a idealidade da idealidade é o *presente vivo*, a presença a si da vida transcendental. A presença sempre foi e sempre será, até o infinito, a forma na qual, como podemos dizer apoditicamente, se produzirá a diversidade infinita dos conteúdos.² "

¹ Jacques Derrida. *Du droit à la philosophie*. Paris: Éditions Galilée, 1990, pp. 445-446.

² Jacques Derrida. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. RJ: Jorge Zahar, 1994, p. 12.

Pela citação acima, nota-se que Husserl, apesar de condenar a metafísica em função do conceito de idealidade por ela sustentado, renovando-o, reafirma pressuposições metafísicas ao fundá-lo na presença do presente vivo. Tal consequência, no entanto, deve-se tão-somente ao fato de que Husserl tomou a decisão de manter-se fiel ao imperativo intuicionista de "voltar às coisas mesmas". Ou seja, se ele tivesse radicalizado sua proposta de redução das teses, a tese intuicionista que sustenta o princípio da fenomenologia teria sido reduzida, e a noção de idealidade por ele renovada apareceria em toda sua originalidade, pois, se Derrida, por sua vez, reduziu a tese da intuição, potencializando a redução transcendental ao infinito, isso só foi possível em virtude da noção de idealidade que Husserl defendeu em contraposição à idealidade que reinava até então no âmbito da metafísica:

" (...) percebe-se já [desde a *Filosofia da Aritmética*, o primeiro livro de Husserl] uma preocupação que não o abandonará jamais: aquela da origem concreta, na experiência subjetiva da percepção, das significações ideais e dos objetos científicos (...) que, em razão de sua exatidão e de seu valor objetivo universal pareciam, de direito, independentes, em sua procedência, de toda experiência psicológica, da multiplicidade dos eventos psíquicos, dos atos dos quais eles são o pólo. Até então, na história da metafísica, a alternativa era a seguinte: ora não se respeitava a objetividade e a universalidade [dos objetos ideais] – inscritas, entretanto, em seu sentido –, reenviando-os à experiência sensível, à sua origem psicológica: este era o gesto do empirismo, notadamente nos filósofos ingleses; ora, ao contrário, para dar conta de sua universalidade, de sua necessidade inteligível, atribuía-se aos objetos ideais e às verdades matemáticas que eram deles o modelo um lugar eterno fora da experiência e da história, *topos noetos* em Platão, entendimento divino nos grandes racionalistas cartesianos, estrutura a priori do espírito finito em Kant, cuja noção de "formas universais da sensibilidade pura" assegurava uma função análoga. Estava-se, no fundo, sempre privado diante da difícil questão da origem: a história da metafísica era a história dessa privação. Na verdade, o empirismo e o racionalismo estavam sempre obscuramente justapostos, e sua cumplicidade será o alvo de Husserl.³"

Pode-se afirmar que Derrida adota para si o mesmo problema de Husserl: a origem da idealidade. Ambos pretendem, portanto, investigar o modo pelo qual algo se repete como o mesmo. Mas se, para Husserl, a idealidade se origina em atos fundados na intuição, para Derrida, a origem da idealidade é a alteridade radical, o que o leva a transformar a idealidade em iterabilidade. Em todo caso, a afirmação husserliana de que os atos que produzem a idealidade devem também ser ideais será levada às últimas consequências por Derrida, que reduz a tese de

³ ALTER – Revue de phénoménologie. *Derrida et la phénoménologie*. Paris: Éditions Alter, número 8, 2000, p. 72. A tradução é minha.

que esses atos devem estar preenchidos pela presença intuitiva. Da mesma forma, tal redução da intuição só foi possível a partir de um lapso deixado pelo próprio Husserl, pois, em *A origem da geometria*, Husserl acabou por reconhecer a necessidade da escrita na constituição dos objetos ideais. Derrida infere, a partir daí, que não pode haver idealidade sem a escrita. E como a idealidade não pode ser originada de uma empiricidade, pois do particular não se chega ao universal, a própria escrita torna-se, para Derrida, ideal. A escrita seria, portanto, constituinte, não podendo, por essa razão, ser reduzida. Porém, ela não pode ser fundada na presença intuitiva; seu fundamento é uma diferença radical, o que faz de sua idealidade a própria iterabilidade. É por isso que Husserl, a fim de manter-se fiel ao seu princípio intuicionista, não radicalizou sua afirmação acerca do caráter necessário (portanto, não contingente) da escrita, pois ela ameaça o valor de presença inerente à intuição. Por estar associada aos predicados que são passíveis de redução, tais como a exterioridade, a facticidade, a empiricidade, o caráter de mediação, o risco de morte e de ausência etc, a escrita deve, para Husserl, ser reduzida. Todo o trabalho de Derrida consiste, portanto, em transformar esses predicados em originários, em constituintes. Conseqüentemente, a escrita, por ser definida através de tais predicados, torna-se, igualmente, originária, irreduzível: arqui-escrita. Enfim, o que Derrida faz em sua desconstrução nada mais é do que fundamentar a afirmação husserliana de que a escrita é a origem da idealidade, reivindicando para a escrita seu estatuto merecidamente essencial e necessário.

Referências bibliográficas

ALTER – Revue de phénoménologie. *Derrida et la phénoménologie*. Paris: Édition Alter, número 8, 2000.

Obras de Derrida

A escritura e a diferença. SP: Perspectiva, 1995

A farmácia de Platão. SP: Iluminuras, 1997

A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. RJ: Jorge Zahar, 1994.

Du droit à la philosophie. Paris: Édition Galilée, 1990.

Gramatologia. SP: Perspectiva, 1999.

Introdução e tradução. In: HUSSERL, Edmund. *L'origine de la géométrie*. Paris: PUF, 1962.

Le problème de la genèse dans la philosophie de Husserl. Paris: PUF, 1990.

Limited Inc.. Campinas: Papirus, 1991.

Margens da filosofia. SP: Papirus, 1991.

Posições. BH: Autêntica, 2001.